

PROCESSO - A. I. Nº 206896.0001/13-1
RECORRENTE - RESTOQUE COMÉRCIO E CONFECÇÕES DE ROUPAS S/A.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – Acórdão 1ª CJF nº 0257-11/19
ORIGEM - INFAZ VAREJO
PUBLICAÇÃO - INTERNET 11/02/2020

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0307-11/20-VD

EMENTA: ICMS. INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO. Constitui requisito para admissibilidade do Pedido de Reconsideração da Decisão da Câmara que tenha, em julgamento de Recurso de Ofício, reformado, no mérito, a de primeira instância em processo administrativo fiscal. Em que pese o provimento parcial do Recurso Voluntário, a Decisão da Câmara não proveu o Recurso de Ofício, mantendo a Decisão da JJF quanto às desonerações efetuadas. Inadmissibilidade do Pedido de Reconsideração. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO CONHECIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Pedido de Reconsideração, interposto pelo sujeito passivo em 06/01/2020, nos termos, previstos no art. 169, I, “d”, do RPAF/99, contra a Decisão da 1ª CJF – Acórdão nº 0257-11/19, que, por unanimidade, NÃO PROVEU o Recurso de Ofício interposto no Acórdão JJF nº 0251-03/17, mantendo a Decisão recorrida que julgou Parcialmente Procedente o Auto de Infração no valor de R\$248.025,96, cujo valor original do lançamento de ofício é de R\$327.986,61, e PROVEU PARCIALMENTE o Recurso Voluntário apresentado pelo sujeito passivo, modificando a Decisão da primeira instância ao julgar Parcialmente Procedente o Auto de Infração no valor de R\$230.913,98.

Em seu Pedido de Reconsideração, às fls. 586 a 588 dos autos, o recorrente aduz que:

1. Inicialmente, insta esclarecer que a Recorrente exarou ciência do v. Acórdão em 03/12/019 (terça-feira) e, considerando que o prazo para este pedido de reconsideração é de 20 dias, nos termos do artigo 171 do RPAF/BA, a contagem processual iniciou-se em 04/12/2019 (quarta-feira) e findar-se-á somente em 23/12/2019 (segunda-feira).
2. Pois bem, como se sabe, brilhantemente o I. Relator considerou os apontamentos da Recorrente, no que se refere à inclusão indevida dos materiais de uso e consumo, no entanto, não excluiu a totalidade dos itens indicados pela Recorrente.
3. Melhor dizendo, com a análise minuciosa dos itens excluídos pelo I. Relator, os quais foram apontados no v. acórdão, verificou-se que ainda remanescem diversos códigos de materiais que não estão relacionados diretamente a venda das mercadorias da Recorrente para um consumidor final, uma vez que se referem a materiais de uso e consumo, e que, portanto, devem ser imediatamente excluídos da movimentação fiscal.
4. Para melhor elucidação, a Recorrente acosta todos os materiais de uso e consumo, os quais devem ser retiradas da conclusão constante no Demonstrativo de Apuração de Estoque elaborado pelo Fisco (“Restoque Revisão 2013”), em relação a infração de nº 2 (...)
5. Reitera-se que todos esses itens não podem ser objeto de notas fiscais de saídas, pois não fazem parte da venda e sim de material de uso e consumo da loja, de uso de seus colaboradores e na relação e manuseio das mercadorias pelos consumidores finais, ou seja,

NÃO PERTENCENTES AO ESTOQUE DA RECORRENTE.

6. Assim, resta comprovado, mais uma vez que com a inclusão destes itens no trabalho fiscal, a autuação permanece incerta, sendo imprescindível, a IMEDIATA retirada de todos os materiais de uso e consumo relacionadas acima, para que o presente processo seja sanado de uma vez por todas.
7. Diante do exposto, a Recorrente apresenta este Pedido de Reconsideração, para que esta Nobre Câmara, exclua a totalidade dos materiais de uso e consumo, incluídos indevidamente pela Fiscalização nesta autuação.

VOTO

Inicialmente, da análise da peça recursal verifico que o Recurso de Pedido de Reconsideração, interposto em 06/01/2020, não deve ser conhecido em razão de não preencher o requisito de admissibilidade previsto no art. 169, I, “d” do RPAF, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, eis que a Decisão da Câmara foi pelo não provimento do Recurso de Ofício, em que pese ter dado provimento parcial ao Recurso Voluntário. Portanto, não reformou a Decisão de primeira instância em relação ao julgamento do Recurso de Ofício e, em consequência, inexistente o requisito de admissibilidade para impetrar o Pedido de Reconsideração, conforme previsto no referido dispositivo legal, a seguir transcrito:

Art. 169. Caberão os seguintes recursos, com efeito suspensivo, das decisões em processo administrativo fiscal:

I - para as Câmaras de Julgamento do CONSEF:

[...]

d) pedido de reconsideração da decisão da Câmara que tenha, em julgamento de recurso de ofício, reformado, no mérito, a de primeira instância em processo administrativo fiscal;

Nota: A redação atual da alínea “d” do caput do art. 169 foi dada pelo Decreto nº 18.558, de 17/08/18, DOE de 18/08/18, efeitos a partir de 18/08/18.

No presente caso, o Acórdão recorrido proveu parcialmente o Recurso Voluntário interposto, modificando, conseqüentemente, em parte a Decisão de Primeira Instância administrativa, porém quanto aos fatos alegados pelo sujeito passivo em seu Recurso Voluntário.

Contudo, quanto ao Recurso de Ofício, propriamente dito, a Decisão da Câmara foi pelo Não Provimento, mantendo a Decisão da JJF em sua integralidade quanto às desonerações efetuadas, relativas às infrações 1 a 3 do Auto de Infração, conforme excertos a seguir:

VOTO

[...]

Entendo que a decisão de piso não merece reparo neste ponto, pois julgou com base no exame dos arquivos magnéticos, efetuado pelo autuante. Mantida a decisão naquilo que se refere à Infração 01.

[...]

Entendo que a decisão de piso também não merece reparo neste ponto, pois se baseou no exame dos arquivos magnéticos, efetuado pelo autuante. Mantida a decisão de piso naquilo que se refere à Infração 02.

[...]

A 3ª JJF acolheu o resultado da diligência e julgou Procedente em Parte a Infração 03, no montante de R\$30.360,00, não merecendo reparo neste ponto, pois ficou comprovado que o código 104 não se prestava a movimentação de mercadorias.

Mantida a decisão de piso naquilo que se refere à Infração 03.

Do exposto, Nego Provimento ao Recurso de Ofício.

Portanto, a reforma da Decisão recorrida pela Câmara de Julgamento Fiscal ocorreu justamente em razão da análise e acolhimento de parte das alegações recursais do recorrente, também relativas às infrações 1 a 3, realizadas através do Recurso Voluntário por ele interposto, cujo provimento parcial para modificação da Decisão recorrida decorreu em relação às infrações 2 e 3, alterando a Decisão da JJF para reduzir os valores da infração 2 de R\$179.725,21 para R\$177.793,23 e

da infração 3 de R\$30.360,00 para R\$15.180,00.

Entretanto, o sujeito passivo interpõe o seu Pedido de Reconsideração para reanálise do seu pleito recursal, relativo à infração 2, pela qual se exige originalmente o ICMS de R\$238.517,05, sob a acusação de omissão de saídas apuradas através de auditoria de estoque, sob a alegação de que ainda remanescem diversos códigos de materiais que não estão relacionados diretamente a venda das mercadorias, uma vez que se referem a materiais de uso e consumo, e que, portanto, devem ser imediatamente excluídos da movimentação fiscal.

Em consequência, a ferramenta processual para o reexame da alegação, através do Recurso de Pedido de Reconsideração, não está adequada, visto que não preenche o requisito de admissibilidade previsto no art. 169, I, “d” do RPAF, uma vez que a Decisão de primeira instância, em relação ao julgamento do Recurso de Ofício, não reformou a Decisão de Primeira Instância.

Do exposto, voto pelo NÃO CONHECIMENTO do Pedido de Reconsideração apresentado.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO CONHECER** o Pedido de Reconsideração apresentado e manter a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206896.0001/13-1**, lavrado contra **RESTOQUE COMÉRCIO E CONFECÇÕES DE ROUPAS S/A.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$215.733,98**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, III da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação tributária acessória no total de **R\$15.180,00**, prevista no inciso XIII-A, alínea “e”, item “1” e subitem “1.1” da mesma Lei e artigo, com os acréscimos moratórios previstos pela Lei nº 9.837/05.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 11 de novembro de 2020.

RUBENS BEZERRA SOARES - PRESIDENTE

FERNANDO ANTONIO BRITO DE ARAÚJO – RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JUNIOR - REPR. DA PGE/PROFIS